

Predadores à solta*

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Publicado em: 16/07/2004

O Estado brasileiro não pode continuar praticando a política do grande empresariado

Neste mês de julho as contas de luz de 5,1 milhões de consumidores que vivem em São Paulo ficaram 17,9% mais caras. Isto porque a Agencia Nacional de Energia Elétrica autorizou a AES Eletropaulo a cobrar aumentos que deveriam ter sido cobrados entre 2002 e 2003, além dos aumentos de custos deste ano. Custos, aliás, muito obscuros, já que nossos índices de inflação sempre estiveram muito abaixo dos aumentos praticados. Até os analistas do mercado, como os do Banco Pactual, reconheceram que a Aneel foi generosa com a AES Eletropaulo.

Nestes 10 anos de Plano Real, a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do IBGE, foi de 169%. O aumento da conta de luz foi de 353%. Mas não foi só da luz. O gás de cozinha subiu 600% e a conta do telefone 546%. Como explicar essas diferenças?

É que a Aneel, no caso da eletricidade, tem por função garantir a lucratividade das corporações transnacionais que compraram as nossas empresas públicas, durante o processo de privatizações. E a moeda é o dólar. Assim, esses aumentos serviram para compensar estas empresas da desvalorização do real frente ao dólar e para garantir margens “interessantes” de lucratividade.

Quando a Eletropaulo foi privatizada, ela deixou de cumprir uma lei estadual que proporcionava subsídios para os mais pobres. Esse corte nos subsídios também afetou centenas de hospitais, creches e igrejas da região metropolitana, que recebiam um desconto de 30% na sua conta de luz. A lógica do mercado restringiu os benefícios sociais da política da empresa. Hoje, sob controle da AES Corporation (EUA), as questões sociais brasileiras estão longe dos seus escritórios.

A compra da Eletropaulo pela AES é interessante. Ela desembolsa US\$ 380 milhões, toma de empréstimo do BNDES US\$ 1,42 bilhão, compra a Eletropaulo, não paga o BNDES e remete lucros para a matriz. Em 2002, as remessas foram de US\$ 280 milhões. A matriz declara em seu relatório anual de 2003 que recebeu US\$ 1,5 bilhão de suas subsidiárias no exterior. O Brasil representa cerca de 30% do faturamento total da empresa. Não é difícil imaginar que as remessas continuaram.

A questão não parece estar no que a AES fez ou não fez. A questão é como o governo brasileiro permitiu que isso ocorresse. Aliás, foi além: viabilizou esta transferência de um patrimônio público para uma empresa que nem sequer pagou por ele. E agora aumenta os preços para garantir a lucratividade da empresa.

Para controlar as empresas públicas privatizadas, o governo criou as Agências Reguladoras, que deveriam cumprir uma função social de administrar os preços e a qualidade dos serviços. No entanto, seu desenho já apontava para um outro papel. Elas foram criadas independentes do governo, com autonomia. E assim podem prestar um melhor serviço aos seus senhores.

Como se fosse em um outro país, aquele em que todos gostaríamos de viver, os jornais noticiam que em 2003 houve um aumento de 1.038% na lucratividade das grandes empresas. Nunca antes havia sido tão bom! Os aumentos da luz, do telefone e do gás estão pesando no bolso dos consumidores. Muito já nem têm como comprar tais produtos. Esse aumento da desigualdade atormenta e ameaça a vida em sociedade. Ameaça, inclusive, as nossas instituições democráticas. Não pode haver democracia, não pode haver respeito à cidadania, nestas condições.

Restabelecer uma qualidade de vida, um padrão de civilidade, uma convivência solidária começa com a redistribuição da renda. Se fosse obedecida a Constituição, o salário-mínimo deveria ser de R\$ 1.442,46. Ao contrário, em 2004, com seus R\$ 260,00, ele é a metade do que foi em 1986.

O Estado brasileiro não pode continuar praticando a política do grande empresariado. Ele precisa formular políticas que atendam os interesses das maiorias. E para isso é preciso um governo que se disponha a realizar mudanças, rupturas, convocar a participação da cidadania, construir este novo Estado regulador, forte, democrático. Essa mudança, sabemos, o governo não faz sozinho. Ele precisa de uma participação massiva, que só pode vir da sociedade civil organizada. Sem essa força, o governo não consegue enfrentar os poderes dos setores financeiros e das grandes empresas. E fica capturado por esta lógica que permite, entre muitas outras coisas, aumentos abusivos dos preços dos serviços públicos.

*Texto originalmente publicado no Diário de São Paulo de 13 de julho de 2004.